

JUVENTUDE, TRABALHO E UTOPIAS SOCIAIS: EXPECTATIVAS DE JOVENS ASSENTADOS DO MST

Bruno Lacerra de Souza¹

1. Introdução

A pesquisa que ora desenvolvemos centra esforços na investigação sobre as expectativas que os jovens assentados do MST possuem em relação ao trabalho e à profissão que pretendem se dedicar, buscando enumerar e analisar os fatores que contribuem para manter esses jovens na área rural, bem como os fatores que eventualmente exerçam maior atração para sua fixação nas áreas urbanas e um conseqüente abandono da profissão de agricultor familiar. O objeto da pesquisa são os jovens trabalhadores do Assentamento “Reunidas” /Agrovila Campinas. Utilizaremos fundamentalmente os recursos de uma revisão bibliográfica que deverá apontar – frente a um conjunto de políticas públicas e ações deste movimento social – os principais focos de problemas que aparecem de forma concreta para as famílias assentadas, além de trazer a abordagem mais geral dos movimentos rurais neste contexto dos assentamentos.

Ao analisarmos as principais problemáticas apontadas pela bibliografia que trata deste tema, percebemos a centralidade do fato de que o meio rural está envelhecendo e masculinizando-se (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998). Os agricultores têm mais de 55 anos, baixa escolaridade e dificuldades de produzir renda regular. Portanto, nossa hipótese é a de que este mundo rural mais envelhecido e masculinizado seja um dos principais fatores que geram dificuldades para fazer com que os filhos e filhas permaneçam trabalhando nas propriedades, que não possuem atrativos condizentes com a escolaridade

¹ Graduando de Bacharelado em Ciências Sociais, Unesp-Marília. Membro do Grupo de Estudos do Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano, Unesp. Contato: bruno_lacerra@hotmail.com

elevada dos filhos,² e com a incorporação de parte do modo de vida urbano: acesso aos meios de comunicação, bens de consumo, menor isolamento, etc.

Baseamos esta hipótese inicial da pesquisa no estudo sobre dinâmica populacional e a sucessão na agricultura familiar do Vale do Taquari, cujos resultados seguem demonstrados no quadro abaixo, levando em conta a opinião de pais, educadores ou responsáveis por determinado lote rural sobre os fatores que atraem/mantém os jovens no campo ou na cidade.

Fatores que atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades	Fatores que mantêm os jovens na área rural na opinião dos responsáveis das atuais propriedades
<ul style="list-style-type: none">• Salário constante• Trabalho menos penoso• Mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre)• Possibilidade de estudo• Liberdade de escolha de opções de trabalho• Ilusão• Possibilidades maiores de aposentadoria• Mais lazer• Vida social mais intensa• Melhor Status	<ul style="list-style-type: none">• Apego e amor a terra• Custo de vida mais barato• Um lugar mais seguro• Ser dono de seu próprio negócio• Melhor qualidade de vida• Garantia de trabalho• Tradição• Dificuldade de arrumar emprego• Vocação• Mais próximo à família• Melhor remuneração

Fonte dos dados: Pesquisa Dinâmica populacional e a sucessão na agricultura familiar do Vale do Taquari – UNIVATES / FETAG / MDA (novembro de 2005)

Um dos elementos que iremos investigar a fim de refletirmos sobre a condição juvenil dos assentados do MST – e a partir daí apreender os fatores que atraem os jovens

² No Censo 2009 há dados que indicam que existem no Brasil mais de 80 mil escolas de educação básica localizadas em áreas rurais ligadas ao MST. Portanto, a alta escolaridade acima referida é considerada em relação à baixa escolaridade dos pais.

para a área urbana e os fatores que mantêm os jovens na área rural – é a sua inserção no mundo do trabalho. Portanto, em nosso trabalho de síntese bibliográfica também incluiremos livros que abordam essa temática.

Atualmente no Brasil, segundo dados do IBGE, mais de 25% da população total de jovens sobrevive em situação de indigência, com renda abaixo de R\$ 61,00 mensais. O jovem hoje que possui possibilidades de estudo, diversão e consumo, é aquele que ingressou no mundo do trabalho, e necessita vender sua força de trabalho para realizar o mínimo de suas necessidades. Deste modo, é importante apreender, no contexto da reflexão sobre os jovens assentados, suas relações de trabalho, visando saber onde trabalham; porque trabalham; o que pensam sobre o trabalho e como se relacionam com ele.

Esta pesquisa, então, possui dois focos principais: o primeiro diz respeito aos fatores de fixação do jovem no campo, através da manutenção das lutas pela terra desenvolvidas pelo próprio movimento dos trabalhadores rurais sem terra, ou seja, de seus familiares e dos demais assentados em meio à existência social nesses acampamentos; o segundo, não pode fugir ao aspecto da profissionalização deste jovem no meio rural, dado que os pais desses jovens necessitam que eles permaneçam, mas isso poderá não ocorrer sem que uma dada ocupação profissional se efetive, ou se os fatores de atração do mundo urbano prevalecerem. Complementando nossa hipótese inicial, entendemos que essa tensão entre a permanência ou o abandono das perspectivas de trabalho no mundo rural, tem uma relação muito direta com o seguinte aspecto que perpassa a vida do jovem assentado: a necessidade da luta pela terra. Essa necessidade exige sua permanência na terra. Apesar dos fatores que o atraem para fora dela, o compromisso do jovem com a terra é preponderante, pois dele depende o futuro de seus familiares assentados. Portanto, o que nos atrai nesta pesquisa, e justifica nosso interesse por esse tema, é essa tensão que perpassa necessariamente a vida do jovem que está naquelas condições. Nossa pergunta principal nesta pesquisa é, portanto: Como o jovem assentado resolve consigo mesmo e com sua família este dilema? Ele busca a utopia, o sonho da terra conquistada ou se rende às dificuldades latentes e contraditórias deste processo?

A fim de ilustrar brevemente as problematizações que propomos em nossa pesquisa, vamos fazer menção às políticas públicas que são desenvolvidas para o apoio e permanência dos jovens assentados, mas queremos trazer à discussão também uma experiência sobre profissionalização de jovens realizada por financiamento de empresa

privada. Um desses projetos foi realizado em Santa Catarina, a partir de financiamento do Instituto Souza Cruz, com execução do SEBRAE. Trata-se do “Juventude Rural em Movimento”³, desenvolvido de julho de 2006 até dezembro de 2008.

Embora projetos deste tipo sirvam de exemplo para promover o desenvolvimento sustentável de territórios rurais por meio da formação da juventude rural e da realização de ações de mobilização visando a melhoria da qualidade de vida e ampliando a atratividade dos espaços rurais, somos sabedores de que – em si mesmo – o projeto não significa uma contribuição efetiva para a reforma agrária. No entanto, entendemos que se constitui numa forma específica de profissionalizar alguns setores do campo, especialmente o da juventude. Resta saber se apenas este aspecto seria suficiente para bancar efetivamente a permanência de jovens talentosos nos locais em que habitam, pois a estrutura social é muito maior e demanda a administração de aspectos econômicos, políticos e culturais de difícil entrosamento.

Os agricultores familiares e suas organizações representativas necessitam de uma profunda reflexão sobre o tema, elaborando em conjunto com o pesquisador, formas de novas ações, cujo desafio é a continuidade da agricultura familiar enquanto categoria social e econômica, tornando-se esse processo parte das tantas transformações que vem ocorrendo no meio rural, principalmente com o advento da força incrível do *agro-business*. Sob essa denominação, o *agro-business* tem permeado, por um lado, uma dada “industrialização” do mundo rural, mas por outro, é fator de impedimento do acesso à terra por quem nela trabalha, especialmente em experiências que buscam o assentamento de famílias agricultoras. Por isso, a abordagem do tema da sucessão rural deve ser prioridade no movimento rural sem terra, pois não trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas sim possui grande importância na reposição de lideranças e dirigentes em todas as instâncias do movimento social que a luta pela terra e pela reforma agrária exige.

A esse respeito, selecionamos uma passagem que traduz as necessidades da vivência deste dilema:

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar esses quadros. O processo de educação política

³ Dados sobre o projeto “Juventude rural em Movimento”: disponível em http://www.cedejor.org.br/ler/7/23/160/projeto_juventude_rural_em_movimento_esg#tpl_indique, acessado em 02/02/2012.

ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares. (GOHN, 2000: p. 107)

Sendo assim, é importante nesta comunicação, retratar um pouco da história recente das lutas no mundo rural, e como se dá a posição do jovem neste contexto. O MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra surgiu na década de 1980, criticando as ações de expansão da fronteira agrícola, as barragens e a mecanização da agricultura no Brasil, exemplos que sustentam a precarização das pequenas e médias empresas rurais. A partir do fim da ditadura militar no Brasil, os camponeses puderam se reorganizar e continuar a luta pela reforma agrária, especificamente desde outubro de 1985, quando da ocupação da Fazenda Anoni no Estado do Rio Grande do Sul, tornando-se essa data o marco histórico do MST.

A partir desse momento, o movimento dos trabalhadores sem-terra começa a se organizar em âmbito nacional, buscando sempre ocupar terras improdutivas e incluir escolas dentro dos assentamentos para que seus filhos não necessitassem abandonar o campo para estudar, uma forma de reforçar ainda mais a permanência das famílias. A educação como instrumento de socialização é de extrema importância para os assentados, principalmente como forma de transmitir para seus filhos, os sonhos, aspirações e utopias sociais do movimento dos trabalhadores sem-terra.

O MST está organizado em 24 Estados brasileiros com uma estrutura organizacional baseada na verticalidade, que se inicia nos núcleos compostos de quinhentas famílias, seguido das brigadas compostas por até outras quinhentas famílias, seguidas das direções regionais, estaduais e nacionais. Também se compõe de outra estrutura paralela, a dos setores coletivos, setores que buscam suprir as demandas locais e educacionais dos assentamentos nos setores de Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Frente de Massa e Juventude e Relações internacionais.

Por ser um movimento social, a organização não possui registro legal, o que significa que não existe obrigatoriedade na prestação de contas para o Estado, ponto de conflito com a opinião pública que entende então que a organização não deveria receber recursos públicos para seu financiamento. No entanto, em qualquer regime democrático os movimentos sociais reivindicam seus direitos de organização e nada há de ilegal nos pedidos de financiamento, que, aliás, estão abertos também a quaisquer outros movimentos ligados a representantes ruralistas, qualquer que seja sua vertente política. No caso do MST, os coordenadores e os dirigentes nacionais são escolhidos num Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros.

O MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade. O movimento recebe apoio de organizações não-governamentais e religiosas, do País e do exterior, interessadas em estimular a reforma agrária e a distribuição de renda em países em desenvolvimento. Sua principal fonte de financiamento é a própria base de camponeses⁴ assentados, que contribuem para a continuidade do movimento por meio dos trabalhadores assentados.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, da qual também faz parte o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas. A Via Campesina tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo.

A fazenda "Reunidas", objeto principal de nossa pesquisa, foi desapropriada pelo Governo Federal em junho de 1986. Após o Decreto de desapropriação, em novembro do mesmo ano, ocorreu a entrada na área de um grupo de 44 famílias, que permaneceram acampadas às margens da BR 153 até novembro de 1987, quando houve a emissão da posse pelo INCRA. Dois dias depois, entrou na área um grupo proveniente da região de Campinas com aproximadamente 350 famílias, que permaneceram provisoriamente acampadas em área de 5,0 hectares. Em março de 1988 começaram a entrar na Fazenda "Reunidas", as 607 famílias inscritas e selecionadas de 16 municípios da região, incluindo-se neste local, as 44 famílias que estavam acampadas⁵. A entrada se deu em áreas

⁴ Ao longo de nossa pesquisa vamos tratar das diferenças conceituais entre "camponês" e trabalhador rural, procurando na Bibliografia existente a localização desses segmentos na realidade do campo no Brasil.

⁵ Dados Retirados do site da Câmara Municipal de Promissão cidade em que se localiza o assentamento: disponível em http://www.camarapromissao.sp.gov.br/index.php?page=assentamento_reunidas_dandara, acessado em 02/02/2012.

provisórias de moradia e de plantio distribuídas por toda a Fazenda, já que a mesma encontrava-se parcialmente ocupada por gado do ex-proprietário e arrendatários. Em junho de 1989 teve início a demarcação dos lotes de plantio, concomitantemente ocorreu a entrada de parte do Grupo de Campinas (103 famílias) na Gleba denominada Fazenda São João.

Em Dezembro de 1988, 546 lotes haviam sido demarcados, restando apenas os da gleba ocupada. Depois, em Janeiro de 1990, novo acampamento surgiu com 15 famílias que vieram da Fazenda Santo Antonio do Paraíso, em Setembro de 1990 após acordo entre INCRA/DAF/SINDICATOS envolvidos e acampados, houve a assimilação pelo Projeto das 118 famílias acampadas. As famílias da região que passaram pelo processo de seleção (637 hoje) foram em sua maioria meeiros de café, pequenos arrendatários, retireiros, mensalistas de Fazendas e Volantes. As famílias provenientes dos acampamentos foram sua maioria, funcionários da indústria e comércio que tiveram passado ligado ao meio rural. Este é um dos motivos por termos escolhido este assentamento em especial, pois congrega pessoas ligadas ao mundo rural desde o início, como também aquelas que chegaram a passar por experiências urbanas e voltaram para o campo.

De acordo com os moradores e líderes do movimento desde seu princípio, o trabalho inicial de plantação foi muito difícil porque a fazenda era coberta por cerrado, os primeiros equipamentos agrícolas chegaram por meio de doações e de campanhas promovidas pelos próprios assentados. A partir daí foram se organizando em pequenos grupos, até a formação das atuais agrovilas.

2. O Assentamento Reunidas enquanto objeto de pesquisa

O Assentamento “Reunidas” é dividido em sete grandes agrovilas: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas, Agrovila Central e Agrovila dos 44 e mais 5 pequenas agrovilas, denominadas: Agrovila do Cintra, Agrovila de Santa Luzia, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12, somando um número de 637 famílias, agregando um número igual ao superior, cadastrados, totalizando 5.000 mil pessoas aproximadamente.

A maioria das agrovilas levam o nome das cidades de origem dos assentados, como Campinas, Penápolis, Birigui, São Pedro e José Bonifácio. As outras duas recebem nomes específicos: a Central, que fica no meio da fazenda, e a "Dos 44", que representa o número

de famílias assentadas. Não existem fronteiras entre as agrovilas e a alta produtividade faz esse assentamento ser considerado um modelo.

Cada família tem um lote médio de 8 hectares. A maioria comercializa sua produção e tem seus próprios compradores. Diariamente chegam caminhões vindos de cidades próximas como Lins, Marília, São José do Rio Preto, Bauru, entre outras, para levarem a produção. Algumas famílias, poucas, preferem vender sua produção na feira livre de Promissão. Eis alguns indicadores da produção agrícola no assentamento “Reunidas”: 20 milhões de litros de leite por mês; 40 mil caixas de legumes/ano; 500 mil sacas de cereais/ano; 5 mil caixas de frutas/mês. O Assentamento “Reunidas” conta com um número de 05 Escolas Estaduais, que atendem crianças de 1.a 4º. Série e uma escola de 2º. Grau. Há também 02 postos de saúde, que recebem visitas semanais de médicos e dentistas.

3. A questão da Juventude

Como nosso trabalho de pesquisa envolve o tema da juventude, queremos esclarecer a dificuldade de definir a faixa etária em que se classificam, dependendo do estudo a ser realizado. No entanto, isso não é impedimento para a análise proposta, pois nos últimos anos vimos crescer dentro da Universidade, pesquisas centradas no esforço de tratar do conceito, especialmente na área da Educação. Também nos utilizaremos desses estudos, que estarão arrolados na bibliografia final, embora nosso foco seja o mundo do trabalho, o que não quer dizer que essas duas perspectivas estejam separadas.

Porém, em função da necessidade de estabelecer algum padrão, se utilizará nesta pesquisa, não a faixa etária tradicionalmente empregada pelas Nações Unidas, OIT (por exemplo, no seu relatório “Trabalho Decente e Juventude na América Latina”), ou IBGE, ou seja, a faixa etária de 15 a 24 anos. Consideraremos, pelo contrário, jovens as pessoas que têm entre 18 e 29 anos de idade, por dois motivos: primeiro, a exclusão dos adolescentes de 15 a 17 anos deveu-se às particularidades deste grupo que, com a ampliação da escolaridade e com as restrições legais ao trabalho dos menores de 16 anos, distancia-se dos grupos seguintes, apresentando níveis muito diferenciados de frequência à escola, atividade, desemprego e de inatividade; segundo, a inclusão dos jovens adultos entre 25 e 29 anos de idade em nossa pesquisa, visa apreender melhor as mudanças nos padrões de inserção no mercado de trabalho, uma dimensão central na transição para a

idade adulta e que parece estar contribuindo para o prolongamento desta transição ou para a re-configuração dos próprios status sociais de jovem e de adulto. Portanto, entendemos por “jovens empregados”, homens e mulheres na faixa dos 18 a 29 anos que no período de 2005 a 2013, ingressaram como trabalhadores assalariados. (CAMARANO, 2004, 2006; BORGES, 2008).

Como já tivemos oportunidade de salientar, nosso universo de pesquisa serão os jovens assentados do Assentamento “Reunidas”/Agrovila Campinas. Como observa Dayrell,

(...) a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mudanças sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeito que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere. (DAYRELL, 2007, p. 4)

Nesse sentido, iremos selecionar nosso objeto de pesquisa – os jovens assentados – não apenas segundo sua idade, mas de acordo com elementos que configuram seu universo de trabalho, salário, tempo de trabalho, tempo livre e etc. Iremos apreender a partir de uma condição juvenil delimitada os fatores que os mantêm assentados no campo e os fatores que os atraem para a área urbana.

Sobre o estreitamento entre o movimento e o pesquisador – que implica a pesquisa de campo e a vivência por parte do pesquisador da vida cotidiana dos assentamentos rurais – esse posicionamento fortalece o relacionamento direto da sociedade com as universidades e centros de pesquisa, além de produzir conhecimentos específicos, ampliando a inserção e discussão de temas conexos como a educação no meio rural, inserindo com maior precisão conteúdos pertinentes à realidade da agricultura familiar.

4. Conclusão:

Cumprido destacar desde já que assessorar o planejamento e a gestão da sucessão da profissão de agricultor familiar torna-se um passo significativo para dar novo sentido à função social dos agricultores, sendo a valorização da agricultura familiar elemento crucial na reorientação das políticas públicas que pretendem o desenvolvimento do meio rural. É por isso que nossa pesquisa fará, predominantemente, uma síntese bibliográfica sobre o tema, a fim de contribuir para a discussão historiográfica e de pesquisa sobre o tema, pois as etapas da posterior problematização sobre a juventude e suas opções no mundo do trabalho se darão na continuidade de nossa pesquisa, com vistas ao Mestrado, depois da conclusão de nossa Monografia de Bacharelado.

5. Bibliografia Geral

ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Unesco: Brasília. 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Juventude rural: ampliando as oportunidades*. Raízes da terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília, ano 1, n 1, 2005.

_____ e CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. IPEA, texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro, 1999.

ALVES, G. A. P.. *A condição de proletariedade - A precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Editora Praxis, 2009.

ALVES, G. A. P.. *Lukács e o século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório*. 1. ed. Bauru: Editora Praxis, 2010. v. 1. 204 p.

ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio: 1988.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e a fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugares para os sindicatos?* São Paulo: editora Boitempo.

AUGÉ, MARC (1998). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.

BASALDI, OTAVIO VALENTIM ET AL. *Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. A agricultura em São Paulo: Revista de Economia Agrícola*, v.49, n.1. <http://www.iea.sp.gov.br/out/iagrisp.htm>

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO (ÈVE). *The role of criticism in the dynamics of capitalism* in: *Worlds of capitalism: Institutions, Economics, Performance and Governance in the Era of Globalisation*, Max Miller (Ed), Routledge, London, 2005

BORAN, Jorge. *La grandes tendencias de la situación juvenil: El futuro de la juventud en el contexto del tercer milênio*. IN *Medellín* Vol.XXIV n° 94 (1998) p.177-205.

CAMARANO, Ana Amélia, PASINATO, Maria Tereza, KANSO, Solange e VIANNA, Carol. Os jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho in: IPEA, *Boletim do Mercado de Trabalho*, No 21, Rio de Janeiro, Dezembro de 2003.

CAMARANO, Ana Amélia (2003). *Brazilian population ageing: differences in well-being by rural and urban areas. Apresentado no UNRISD Meeting on Ageing, Development and Social Protection*, Madrid-Spain , 7-9 April.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In *Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares*. Raimundo Santos, Luiz Flavio de Carvalho e Francisco Carlos Teixeira da Silva (Orgs.) Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H, e BRANCO P. (org). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: FundaçãoPerseu Abramo. 2005

CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional.UFRJ.2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas políticas de/para/com juventudes*. Brasília, UNESCO, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’Incao, Maria Ângela (org.). *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (org.) *O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IAP-Instituto Astrojildo Pereira/IPSO.

DAVID, MARIA BEATRIZ DE ALBUQUERQUE ET AL. *Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um Atlas*. Brasília: IPEA, 1998.

DAYRELL, Juarez e REIS, Juliana Batista. *Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio*. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife 2007

DEL PRIORE, MARY e VENÂNCIO, RENATO. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FERNANDES, FLORESTAN. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GUNDER FRANK, ANDRÉ. *Capitalismo y subdesarrollo em América Latina*. Buenos Aires: Signos, 1970.

LEON, ALESSANDRO LUTFY PONCE DE. *Juventude brasileira: geração problema ou oportunidade de desenvolvimento?* IN BENECKE, Dieter W. e NASCIMENTO, Renata (orgs) *Política Social Preventiva: desafio para o Brasil* Rio de Janeiro ed. Konrad Adenauer 2003.

LINHARES, MARIA YEDDA E SILVA, FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOVATTO, Angélica. _____. *Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar*. Aurora (UNESP. Marília). , v.2, p.196 - 212, 2011.

LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. *Existencialismo ou marxismo?* 2ª.ed., São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In *A reforma agrária e a luta do MST*. João Pedro Stédile (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. A Questão Política no Campo. IN: *Expropriação e Violência*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 1983.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. Prefácio. *Contribuição da crítica da economia política*. In: *Obras escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, volume 1, s/d.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo, Unesp Marília Publicações/Boitempo, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo. Leite, Sérgio (org.). *Assentamentos rurais*. Mudança Social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

MOREIRA, R.J. (1999). *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Maudad.

MUNSTER, A. (1997). *Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch*. São Paulo: Unesp.

NASCIMENTO, E. W. (1985). *Rumo da terra: rumo da liberdade (um estudo dos migrantes rurais do sul no estado do Acre)*. Florianópolis: UFSC, mimeo. (Dissertação de Mestrado);

OLIVEIRA, Oris. *Trabalho e Profissionalização do Jovem*. São Paulo: LTR, 2004.

- PRADO JÚNIOR, CAIO. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *Histórica econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 2ª.ed., São Paulo: Brasiliense, 1962.
- RIESSMAN, Catherine Kohler (2008) *Narrative Methods for the Human Sciences*. Sage: London.
- SANTOS, J.V.T. (1993). *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *A(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.
- SOARES, Alexandre B. (coord); RIZZI, Irene et alli. *Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOUZA, I.C. (2000). *Clientelismo e espaço público: uma análise preliminar sobre as práticas sociais e políticas no meio rural brasileiro*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS. Rio de Janeiro, mimeo.
- STÉDILE, J. Pedro & Gorgen, Sérgio A. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Pagina Aberta, 1993.
- STROPASOLAS, Valmir L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC*. Florianópolis. Ed.UFSC. 2006.
- THIOLLENT, MICHEL. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Laboratório Editorial, 2011
- VINHAS, MOISES. *Operários e camponeses na revolução brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violencia IV - os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2004.
- WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: MDA/NEAD. 2005.